

CONCURSO PÚBLICO



Companhia Docas do Espírito Santo
Autoridade Portuária - Vitória - ES



DATA: 21/12/2008

DOMINGO - MANHÃ

CARGO: Técnico de Nível Superior

ÁREA: Jurídica

CÓDIGO: DJU

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e 01 questão discursiva.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4 horas e 30 minutos, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursos.uff.br, no dia 23/12/2008, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



BOA PROVA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 9.

Texto 1

THE TECNOBREGA REVOLUTION

1 Assim como a bossa nova, que além de um estilo musical se tornou um estado de espírito de uma época, o tecnobrega de Belém do Pará, mais do que uma música, criou um novo modelo de negócios na era digital.

2 A novidade anunciada pelo antropólogo musical Hermano Vianna agora é confirmada e desenvolvida pelo advogado Ronaldo Lemos, representante da Creativa Commons no Brasil, no livro “Tecnobrega, reinventando o evento da música”.

3 Em três viagens a Belém encontrei uma cena musical vibrante e diversificada, que não é só tecnobrega: tem muito merengue, carimbó, guitarrada, rap, funk, rock. São milhares de pessoas trabalhando numa vasta cadeia de produção, distribuição e consumo de música popular que ignora gravadores, lojas de discos, a prefeitura, o estado e a União.

4 O americano Chris Anderson, editor da revista “Wired” e autor do best-seller planetário “A cauda longa” (“The long tall”), referência máxima para o presente das mídias digitais e para os modelos de negócios na internet, esteve em Belém no ano passado, mergulhou na novidade, e em seu novo livro dedicou um capítulo inteiro à revolução do tecnobrega - como modelo de negócios do século XXI.

5 Entre a selva e o rio, com tecnologia digital barata, estúdios trabalham dia e noite produzindo as músicas que vão animar as rádios, as ruas e as festas. Os discos são promovidos e vendidos no tentacular circuito de camelôs da cidade, ao preço de uma cerveja: o que mais importa é a divulgação.

6 Onde os artistas, DJs e produtores vão ganhar dinheiro, e muito, é nos shows em bares, clubes e arenas - onde ficam com a parte do leão nas bilheterias, e os compositores recebem seus direitos autorais, quando o Ecad arrecada.

7 O tecnobrega inovou instituindo a pirataria de si mesmo, como meio barato de popularizar artistas e fazer dinheiro com apresentações ao vivo. O resultado é um estrondoso sucesso local, regional e até nacional, de bandas e artistas originários do tecnobrega, que souberam conquistar milhares de consumidores vendendo a preços acessíveis a música que eles desejavam. Viraram “case” internacional e um modelo de sucesso.

(MOTTA, Nelson. “O Globo”, Seção Opinião, 21/11/08, p. 7.)

1. O narrador inicia sua crônica utilizando-se de um recurso textual-discursivo para captar a atenção do leitor, levando-o a ler o texto. Esse recurso é a:

- A) comparação;
- B) causa;
- C) adição;
- D) concessão;
- E) finalidade.

2. Crônicas jornalísticas, como as notícias, também transmitem informações. Em relação ao termo “tecnobrega”, o texto apresenta, como objetivo principal, a divulgação de que:

- A) o estilo, desenvolvido em Belém do Pará, também poderia ser utilizado em outras regiões brasileiras;
- B) os discos são vendidos no tentacular circuito de camelôs, a preço de cerveja;
- C) o escritor mais entrosado com as mídias digitais dedicou parte de sua obra ao novo estilo;
- D) a novidade digital constitui um novo modelo de negócios para o século XXI;
- E) a capacidade de conquista da nova música atrai milhares de consumidores.

3. Entre as opções abaixo, aquela em que a palavra em caixa alta - embora normalmente utilizada em sentido negativo pela sociedade - no texto em questão assume teor positivo é:

- A) “criou um novo MODELO de negócios”;
- B) “mergulhou na NOVIDADE em seu novo livro”;
- C) “instituindo a PIRATARIA de si mesma”;
- D) “no tentacular CIRCUITO de camelôs”;
- E) “o que mais importa é a DIVULGAÇÃO”.

4. Para o correto preenchimento das lacunas da frase “Ele _____ na memória o evento e, se _____ novos raps, _____ problema entre os compositores que, até agora, _____ os direitos autorais e esperam que se _____ novos CDs”, têm de ser usadas as formas relacionadas em:

- A) retém / compuserem / deverá haver / detiveram / gravem;
- B) retém / comporem / deverão haver / detiveram / gravem;
- C) retem / compuzerem / deverá haver / deteram / grave;
- D) retêm / compusessem / deverão haver / deteram / gravem;
- E) retêm / compuserem / deverá haver / detiveram / gravam.

5. Dos trechos abaixo, aquele em que a(s) vírgula(s) foi(foram) empregada(s) com base na mesma norma que justifica as vírgulas usadas no período “O americano Chris Anderson, editor da revista “Wired” e autor do best-seller planetário “A cauda longa” (“The long tall”), referência máxima das mídias digitais e para os modelos de negócios na internet, esteve em Belém no ano passado” (4º parágrafo) é:

- A) “A novidade anunciada pelo antropólogo musical Hermano Vianna agora é confirmada e desenvolvida pelo advogado Ronaldo Lemos, representante da Creativa Commons no Brasil” (2º parágrafo);
- B) “tem muito merengue, carimbó, guitarrada, rap, funk, rock” (3º parágrafo);
- C) “que ignora gravadores, lojas de discos, a prefeitura, o estado e a União” (3º parágrafo);
- D) “Entre a selva e o rio, com tecnologia digital barata, estúdios trabalham dia e noite” (5º parágrafo);
- E) “Os discos são promovidos e vendidos no tentacular circuito de camelôs da cidade, ao preço de uma cerveja” (5º parágrafo).

6. Pelo texto, a nova tecnologia “ignora gravadores, lojas de discos, a prefeitura, o estado e a União” (3º parágrafo). Isso significa que o estilo sob análise não presta contas a:

- A) ideologias referenciais;
- B) entidades oficiais;
- C) consumistas locais;
- D) cadeias produtivas;
- E) distribuições ordenadas.

7. Após cada fragmento do texto, abaixo, há um comentário explicativo. O comentário correto, de acordo com o texto, é:

- A) “referência máxima para o presente das mídias digitais” (4º parágrafo): menciona-se a autoridade mais conhecida na área digital;
- B) “entre a selva e o rio, com tecnologia digital barata” (5º parágrafo) / ressalta-se o caráter intimista e inóspito da música, além de sua produção sem grandes custos;
- C) “esteve em Belém no ano passado e mergulhou na novidade” (4º parágrafo) / nota-se a presença de registro formal de linguagem, exigido em publicações, sobretudo jornalísticas;
- D) “ao preço de uma cerveja: o que importa é a divulgação” (5º parágrafo) / o sinal dois pontos pode ser substituído pelo elo coesivo “quando”, sem prejuízo do sentido original;
- E) “os discos são promovidos e vendidos” (5º parágrafo) / a ação veiculada é momentânea e pontual, podendo ser modificada em rápido intervalo temporal.

8. Pode-se utilizar o verbo no singular ou no plural, sem prejuízo da correção, do ponto de vista da norma culta da língua, na seguinte frase:

- A) Ele é um dos que reinventou (ou reinventaram) a música, mas a maioria dos compositores prefere (ou preferem) outro estilo.
- B) Grande parte dos convidados aplaudiu (ou aplaudiram) e, depois, cerca de quinhentas pessoas comemorou (ou comemoraram) o sucesso.
- C) Nem um nem outro compareceu (ou compareceram) ao espetáculo, porém apenas um ou outro falou (ou falaram) sobre o show.
- D) Não só se vende (ou se vendem) dois terços das gravações por dia, como também mais de um negociante produz (ou produzem) essa música.
- E) Precisa-se (ou precisam-se) de novos talentos no Norte, sendo importante que se divulgue (ou se divulguem) esses talentos.

9. Considerando-se as normas de colocação dos pronomes átonos, pode-se afirmar que todas as substituições realizadas nos segmentos abaixo - tanto em (1) quanto em (2) - estão corretas, EXCETO em:

- A) (1) ele quis rever a edição = ele quis revê-la / (2) ele ia produzindo as edições = ele ia produzindo-as;
- B) (1) eles comporiam as músicas = eles compô-las-iam / (2) nunca entenderiam aquele som = nunca o entenderiam;
- C) (1) ele compôs a música = ele a compôs / (2) ele havia composto a música = ele havia composto-a;
- D) (1) eles produziram as canções = eles produziram-nas / (2) ninguém produziu as canções = ninguém as produziu;
- E) (1) encontrei um novo modelo = encontrei-o / (2) eu tinha encontrado um novo modelo = eu tinha-o encontrado.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 10 a 20.

Texto 2

Axo q naum vaum iNtendeR

1 Se você, que tem mais de 16 anos, considera estranho o título deste artigo (“Acho que não vão entender”), tente ler o seguinte trecho: “AlinguAgi utilizadah por JovenxX Nah NeT jAh aTRAPalha aLUnux Nah hOrah di FaZe proAx i trabAlhus escOLAREx”. Traduzindo: “A linguagem utilizada por jovens na Internet já atrapalha alunos na hora de fazer provas e trabalhos escolares”. Outro exemplo: “mEU kOrAxxaUM NAUm sei pq/ BaTI feliz QDU TI Vê”. Nas palavras de Pixinguinha isso quer dizer: “Meu coração, não sei por quê, / bate feliz quando te vê.” Quer mais? “Ti dolu”. Não sabe? É a maneira infantilizada de dizer “te adoro”.

2 Essa forma de escrever, muito usada por jovens internautas, já está criando problemas para os professores de português. No jornal “O Sul”, de Porto Alegre, vi alguns deles reclamando que até nos trabalhos manuscritos, não apenas nos digitados, aparece esse novo “idioma” sem acentos, cheio de abreviações (tb, naum, vc), alternando maiúsculas e minúsculas dobradas (XxXhH) e com sinais gráficos como :), que quer dizer “feliz”.

3 O programador Aurélio Jargas batizou essa ocorrência lingüística de miguchês e criou uma ferramenta de tradução que em poucos dias teve mais de 10 mil acessos. Hoje são mil por dia. Segundo ele, há três opções: miguchês arcaico, moderno e o neomiguchês, que é o nível mais radical, o dos exemplos lá do começo. “Não inventei nada, está tudo no Orkut.”, garante em bom português.

4 Não sei o que achará (ou axarah) do fenômeno Umberto Eco, com sua visão otimista da internet. Ele acredita que ela veio para salvar a palavra escrita, condenada à morte pela televisão e para permitir pela primeira vez escrever “na mesma velocidade com que se pensa”, como se fosse a escritura automática dos surrealistas. O autor de “O nome da rosa” chega a ponto de classificar o computador como “a civilização do alfabeto”.

5 Ele não deixa de ter razão. Nunca se escreveu tanto quanto hoje no mundo. Mesmo entre os menos letrados é difícil encontrar quem não troque dezenas de e-mails por dia. O problema é o que está sendo feito com a ortografia. As palavras estão sendo estropiadas. “Ah, mas sempre foi assim”, dirão alguns, argumentando que a língua é um organismo vivo que se transformou ao longo da História - como o latim vulgar, que resultou no nosso português, inclusive o da norma culta. Sempre mudou, é verdade, e muito, mas nunca em tal velocidade. Tah rápido d+. Naum sei in q vai dar td ixXo.

(VENTURA, Zuenir. “O Globo”, Seção Opinião, 22/11/08, p.7)

10. A crônica, em seu início, oferece ao leitor informações sobre o “novo idioma”. A partir do quarto (4º) parágrafo, entretanto, passa a discutir o assunto, atribuindo-lhe, inclusive, juízos de valor. Daí poder-se afirmar que, a partir desse parágrafo, sobressai um texto de teor:

- A) dissertativo;
- B) narrativo;
- C) descritivo;
- D) exemplificativo;
- E) factitivo.

11. No início do texto, o autor estabelece uma interlocução com o leitor, “que tem mais de 16 anos”, porque este:

- A) entende a poesia de Pixinguinha;
- B) compreende a linguagem dos jovens internautas;
- C) escreve seus textos sem o uso do “novo idioma”;
- D) traduz o linguajar utilizado pelos seus alunos;
- E) aprecia a maneira infantilizada de certas expressões.

12. Para o argumento, emitido por Umberto Eco (4º parágrafo), classificando o computador como a “civilização do alfabeto” - termo que nos dicionários é conceituado como a “disposição convencional das letras em uma língua” -, o autor contra-argumenta, afirmando que:

- A) organismos vivos transformam-se durante a História;
- B) palavras mudam em velocidade moderada;
- C) escrita automática é adotada nas escolas;
- D) vocábulos estão sendo vítimas de mutilação;
- E) pensamento e escrita ocorrem ao mesmo tempo.

13. Considerando-se as normas de concordância nominal, pode-se afirmar que, dos trechos numerados no enunciado “A pseudolinguagem (1) já conquistou os mercados brasileiro e o americano (2); certamente é bom (3) a entrada de novos vocábulos, mas deve-se pensar a que custo; as mudanças devem ser a mais claras possíveis (4) para que todos possam estar quite (5) com seu interlocutor na Internet”, está correto apenas o de número:

- A) 1;
- B) 2;
- C) 3;
- D) 4;
- E) 5.

14. O pronome em destaque no trecho “inclusive O da norma culta” (5º parágrafo), substitui no texto a expressão anterior:

- A) padrão culto;
- B) latim vulgar;
- C) organismo vivo;
- D) novo idioma;
- E) nosso português.

15. Para o correto preenchimento das lacunas do enunciado “Por esse texto, vimos informar ____ V. S^a. que, durante os trabalhos da Comissão Especial para a Regulamentação da Ortografia nos meios virtuais, seus integrantes estarão sujeitos ____ mesmas normas que regulamentam ____ diretrizes de outras, similares. A seguir, ____ conclusões devem retornar ____ mesa do conselho no prazo estabelecido para serem analisadas e encaminhadas ____ todas as instâncias com a máxima urgência. O acesso aos resultados será liberado ____ quem possa interessar”, têm de ser usadas as formas relacionadas em:

- A) a / às / às / as / à / a / a;
- B) a / às / as / as / à / a / a;
- C) a / as / as / às / a / à / à;
- D) a / às / as / as / à / a / à;
- E) à / as / às / às / a / à / à.

16. No período “‘Ah, mas sempre foi assim’, dirão alguns, argumentando que a língua é um organismo vivo que se transformou ao longo da História - como o latim vulgar, que resultou no nosso português, inclusive o da norma culta” (5º parágrafo), em relação ao trecho após o travessão, é correto afirmar que:

- A) aponta uma alteração significativa no trecho que o antecede;
- B) explicita, com vocabulário técnico, o sentido do termo imediatamente anterior;
- C) configura uma ressalva da idéia anteriormente proposta;
- D) estabelece um contraste com o trecho anterior, contrapondo-se a ele;
- E) complementa o sentido do trecho anterior, exemplificando-o.

17. No 4º parágrafo, há duas menções a determinado escritor: a) “Não sei o que achará (axarah) do fenômeno Humberto Eco”; b) “O autor de ‘O nome da rosa’ chega a ponto de classificar o computador como a ‘civilização do alfabeto’”. No segundo caso, ocorreu um processo de substituição da primeira menção, utilizando-se o autor da estratégia da:

- A) alteração ou redução;
- B) nominalização ou pronominalização;
- C) referenciação ou demonstração;
- D) expansão ou omissão;
- E) qualificação ou caracterização.

18. Em relação à frase “O programador Aurélio Jargas batizou ESSA ocorrência lingüística de miguchês” (3º parágrafo), pode-se afirmar que o pronome em destaque está corretamente utilizado, já que faz referência a trecho antecedente. Pela crônica de opinião sob análise, o único caso em que o pronome destacado antecede o seu referente encontra-se em:

- A) “Segundo ELE, há três opções: miguchês arcaico, moderno e neomiguchês” (3º parágrafo);
- B) “O problema é O que está sendo feito com a ortografia. As palavras estão sendo estropiadas” (5º parágrafo);
- C) “O neomiguchês, que é o nível mais radical, O dos exemplos lá do começo” (3º parágrafo);
- D) “ESSA forma de escrever, muito usada por jovens internautas já está criando problemas” (2º parágrafo);
- E) “Ele acredita que ELA veio para salvar a palavra escrita, condenada à morte pela televisão” (4º parágrafo).

19. Grafam-se como infantilizada, diGitados, aceSSos e neomiguCHês, as seguintes palavras:

- A) catequi...ar / vi...ência / asser...ão / engra...ar;
- B) fito...oário / enri...ecer / la...idão / bol...evique;
- C) coali...ão / adá...io / conce...ão / cartu...eira;
- D) macambú...io / gara...em / repercu...ão / fa...ina;
- E) embriague... / intru...ice / endo...ar / co...ichar.

20. No trecho “‘Ah, mas sempre foi assim’, dirão alguns, argumentando que a língua é um organismo vivo” (5º parágrafo), o gerúndio foi utilizado para, em relação ao verbo anterior, estabelecer relação de:

- A) conseqüência;
- B) posterioridade;
- C) anterioridade;
- D) simultaneidade;
- E) continuidade.

CONHECIMENTO BÁSICO

21. O frete é fator fundamental nas análises logísticas de transporte das matrizes de custos das empresas. Portanto, a hidrovia, integrada a outros modais de transporte (multimodalidade), reduzindo custos principalmente em trechos longos, colabora, indubitavelmente, para a modernização da economia nacional, podendo concorrer com redução de frete de até:

- A) 50%;
- B) 40%;
- C) 30%;
- D) 20%;
- E) 10%.

22. A onda de oscilação do tipo mais simples é a regular; já as ondas irregulares no mar compreendem um espectro de períodos, rumos e alturas de ondas. Estes dois tipos de ondas (regular e irregular) também são conhecidos, respectivamente, por ondas:

- A) naturais e monocromáticas;
- B) monocromáticas e naturais;
- C) monocromáticas e de frequência única;
- D) naturais e randômicas;
- E) randômicas e irregulares.

23. Na Lei nº 8.630, de acordo com as normas que forem estabelecidas em contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho, o órgão de gestão de mão-de-obra avulsa fará a seleção e o registro:

- A) do fiscal portuário;
- B) do operador portuário;
- C) da pessoa jurídica de direito público ou privado;
- D) do consignatário;
- E) do trabalhador portuário avulso.

24. O empolamento e a refração são deformações sofridas pela onda propagando-se em direção à costa, devido à diminuição da:

- A) arrebentação;
- B) velocidade;
- C) crista;
- D) profundidade;
- E) formação rochosa.

25. O fenômeno tridimensional oriundo do resultado de uma atenuação da agitação, devido à presença de obstáculos, é responsável pela propagação das ondas nas zonas de sombra geométrica, referidas ao rumo das ondas, e pode ser tratado analogamente ao que se conhece com a propagação das ondas eletromagnéticas. A energia transferida ao longo das frentes de ondas, transversalmente às ortogonais, com celeridade igual à da onda, é conhecida como:

- A) arrebentação;
- B) refração;
- C) difração;
- D) correntes longitudinais;
- E) reflexão.

26. A causa primária da maré é a complexa variação da atração gravitacional da lua e do sol sobre as massas líquidas, devido à contínua mudança da posição relativa dos astros, balanceada pela centrifuga dos sistemas Terra-Lua e Terra-Sol. A subida e descida do nível do mar, respectivamente, são denominadas de:

- A) enchente e vazante;
- B) vazante e enchente;
- C) enchente e acumulação;
- D) vazante e acumulação;
- E) acumulação e enchente.

27. A largura de um pátio de estocagem de minério (ângulo de acomodação do minério de $26,6^\circ$ - $\tan 26,6^\circ = 0,500$) para duas pilhas paralelas de minério, com via central de 10 m e vias periféricas de 9 m de seção cada, e altura máxima das pilhas de minério de 7 m, sem consideração de folgas, deverá ser de:

- A) 66m;
- B) 104m;
- C) 68m;
- D) 92m;
- E) 84m.

28. Um píer de atracação de navios, de perfis sobre estacas de concreto com plataforma e cortina de sustentação de aterro, pode ser classificado como obra:

- A) semipesada;
- B) leve;
- C) de peso descontínua;
- D) de peso contínua;
- E) em caixões.

29. Dos materiais dragados abaixo, seria menos aceitável para aterro de retro-áreas de sistemas portuários:

- A) argila arenosa dura ou compacta com cascalho;
- B) calhau ou calhau com cascalho;
- C) silte e turfa;
- D) cascalho arenoso;
- E) areia média.

30. NÃO é normalmente considerado uma proteção contínua flexível o seguinte tipo de obra:

- A) colchões articulados;
- B) enrocamentos;
- C) cortinas atirantadas;
- D) enrocamentos sintéticos;
- E) gabiões.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

31. As cláusulas relativas aos direitos e deveres dos usuários, com as obrigações correlatas do contratado e as sanções respectivas:

- A) aplicam-se, concessivamente, aos contratos para exploração de instalação portuária de uso privativo;
- B) somente se aplicam aos contratos para exploração de instalação portuária de uso público e de uso privativo;
- C) aplicam-se aos contratos para exploração de instalação portuária de uso público e, parcialmente, aos contratos para exploração de natureza privativa;
- D) aplicam-se, subsidiariamente, aos contratos para exploração de instalação portuária de uso público;
- E) somente se aplicam aos contratos para exploração de instalação portuária de uso público.

<p>32. As autorizações de exploração de instalações portuárias públicas de pequeno porte são concedidas aos:</p> <p>A) Estados e Municípios, os quais poderão, com prévia autorização do órgão competente e independentemente de licitação, transferir a atividade para a iniciativa privada;</p> <p>B) Municípios, os quais poderão, independentemente de prévia autorização e de licitação, transferir a atividade para a iniciativa privada;</p> <p>C) Estados, os quais poderão, com prévia autorização do órgão competente e independentemente de licitação, transferir a atividade para a iniciativa privada;</p> <p>D) Estados e Municípios, os quais poderão, com prévia autorização do órgão competente e mediante licitação, transferir a atividade para a iniciativa privada;</p> <p>E) Estados e Municípios, os quais não poderão transferir a atividade para a iniciativa privada.</p>	<p>36. Um desembargador, em grau de apelação:</p> <p>A) pode declarar monocraticamente a inconstitucionalidade de lei, pois que, nesta hipótese, tem competência para exercer o controle difuso de constitucionalidade;</p> <p>B) não pode declarar monocraticamente a inconstitucionalidade de lei, pois que, nesta hipótese, não tem competência para exercer o controle difuso de constitucionalidade;</p> <p>C) pode, usando do controle concentrado de constitucionalidade, declarar monocraticamente a inconstitucionalidade de lei, declaração esta que vale <i>erga omnes</i>;</p> <p>D) não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, porque a hipótese em tela é de controle concentrado de constitucionalidade;</p> <p>E) não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, porque tal competência é exclusiva do Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>33. Consulta prévia ao poder público municipal para exploração de instalação portuária; aprovação do relatório de impacto sobre o meio ambiente para ampliar instalação portuária:</p> <p>A) aquela é necessária para o contrato de exploração de instalação portuária; esta, para a autorização de ampliação de instalação portuária;</p> <p>B) esta é necessária para o contrato de exploração de instalação portuária; aquela, para a autorização de ampliação de instalação portuária;</p> <p>C) ambas são necessárias para o contrato ou para a autorização de exploração ou de ampliação de instalação portuária;</p> <p>D) aquela é facultativa para a autorização de ampliação de instalação portuária; esta é parcialmente obrigatória para o contrato de exploração de instalação portuária;</p> <p>E) esta é implícita no contrato de exploração de instalação portuária; aquela, subsidiária na autorização de ampliação de instalação portuária.</p>	<p>37. O rol dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil se apresenta de forma:</p> <p>A) exaustiva, porque esgota a relação de todos os direitos sociais a que fazem jus os trabalhadores;</p> <p>B) aberta, porque não exaure todos os direitos sociais a que fazem jus os trabalhadores;</p> <p>C) reiterativa, porque menciona apenas os direitos sociais já conhecidos;</p> <p>D) amplificativa, porque acrescenta, definitivamente, todos os direitos dos trabalhadores;</p> <p>E) redutora, porque limita a discriminação dos direitos sociais a que fazem jus os trabalhadores.</p>
<p>34. O exercício das atribuições previstas na Lei nº 8630/93, pelo órgão de gestão de mão-de-obra do trabalhador portuário avulso:</p> <p>A) não implica vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso;</p> <p>B) implica vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso;</p> <p>C) implica, parcialmente, vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso;</p> <p>D) implica, facultativamente, vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso;</p> <p>E) implica vínculo empregatício anômalo com trabalhador portuário avulso.</p>	<p>38. Quanto à sua mutabilidade, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, é:</p> <p>A) pétrea;</p> <p>B) semi-rígida;</p> <p>C) flexível;</p> <p>D) semiflexível;</p> <p>E) rígida.</p>
<p>35. De acordo com a Norma Regulamentadora 29, do Ministério do Trabalho e Emprego, casos de acidentes em que haja morte, perda de membro, função orgânica ou prejuízo de grande monta, em atividades portuárias, devem ser comunicados:</p> <p>A) à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências e ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego;</p> <p>B) à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências e ao INSS;</p> <p>C) ao INSS e à Delegacia de Polícia Federal com circunscrição no referido porto;</p> <p>D) à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências;</p> <p>E) ao INSS.</p>	<p>39. Em “<i>A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho</i>” (cfr. art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil), tem-se uma hipótese de norma constitucional de princípio:</p> <p>A) programático, de eficácia plena;</p> <p>B) institutivo, de eficácia limitada;</p> <p>C) programático, de eficácia limitada;</p> <p>D) institutivo, de eficácia plena;</p> <p>E) semiprogramático, de eficácia semilimitada.</p>
<p>35. De acordo com a Norma Regulamentadora 29, do Ministério do Trabalho e Emprego, casos de acidentes em que haja morte, perda de membro, função orgânica ou prejuízo de grande monta, em atividades portuárias, devem ser comunicados:</p> <p>A) à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências e ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego;</p> <p>B) à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências e ao INSS;</p> <p>C) ao INSS e à Delegacia de Polícia Federal com circunscrição no referido porto;</p> <p>D) à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências;</p> <p>E) ao INSS.</p>	<p>40. As leis ordinárias são aprovadas por:</p> <p>A) maioria dos votos de ambas as Casas congressuais, presente a maioria absoluta de seus membros;</p> <p>B) maioria absoluta dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional;</p> <p>C) no mínimo, três quintos dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, presente, para o fim de quórum, a maioria dos seus membros;</p> <p>D) maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, num único turno;</p> <p>E) no mínimo, três quintos dos membros do Senado Federal, em dois turnos.</p>

41. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera:

- A) *ex nunc*, desonerando a Administração até mesmo de indenizar o contrato pelo que este tiver executado até a data em que ela (nulidade) for declarada;
- B) *ex tunc*, desonerando a Administração até mesmo de indenizar o contrato pelo que este tiver executado até a data em que ela (nulidade) for declarada;
- C) *ex nunc*, não desonerando, porém, a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este tiver executado até a data em que ela (nulidade) for declarada;
- D) *ex tunc*, não desonerando, porém, a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este tiver executado até a data em que ela (nulidade) for declarada;
- E) a partir do momento em que (a nulidade) é declarada, sem qualquer sorte de ônus para a Administração.

42. Para que seja classificada em primeiro lugar, a proposta, na licitação na modalidade de pregão, deverá atender:

- A) obrigatoriamente, ao objeto, e, secundariamente, ao valor da licitação;
- B) ao objeto da licitação;
- C) ao valor da licitação;
- D) obrigatoriamente, ao valor, e, secundariamente, ao objeto da licitação;
- E) ao objeto e valor da licitação.

43. Se **A** responde a processo administrativo pela prática de conduta ilícita, tanto administrativa como penal, cuja sanção penal já tenha prescrito, **A**:

- A) não mais poderá ser punido, nem administrativa nem penalmente;
- B) poderá, ainda assim, ser punido administrativamente;
- C) poderá, ainda assim, ser punido penalmente;
- D) poderá ser punido administrativa e penalmente;
- E) só poderá ser parcialmente punido em âmbito administrativo.

44. **A**, servidor público de autarquia estadual, danifica, culposamente, bem (um quadro pintado por pintor célebre) de **B**, bem este que se encontrava nas dependências daquela autarquia. Em consequência disso, **B** decide ingressar em juízo em face da autarquia. Neste caso:

- A) **A** indenizará **B**, cabendo a **A** ação regressiva em face da Autarquia;
- B) a Autarquia indenizará **B**, cabendo à Autarquia ação regressiva em face de **A**;
- C) A autarquia e **A** indenizarão **B**;
- D) **A** indenizará **B**, não cabendo à Autarquia ação regressiva em face de **B**;
- E) A autarquia indenizará **B**, cabendo a este ação regressiva em face de **A**.

45. Sociedades de economia mista e empresas públicas:

- A) tanto estas quanto aquelas só podem realizar serviços públicos;
- B) tanto estas quanto aquelas só podem realizar atividades econômicas;
- C) tanto aquelas como estas podem realizar atividades econômicas ou serviços públicos;
- D) estas só podem realizar serviços públicos; aquelas só podem realizar atividades econômicas;
- E) aquelas só podem realizar serviços públicos; estas só podem realizar atividades econômicas.

46. As causas de interesse das sociedades de economia mista federal são julgadas na Justiça:

- A) Estadual ou Federal, à exceção das trabalhistas;
- B) Federal;
- C) Estadual, à exceção das trabalhistas;
- D) Estadual, à exceção dos mandados de segurança;
- E) Federal, à exceção dos mandados de segurança.

47. A antecipação da tutela acha-se subordinada aos seguintes pressupostos:

- A) certeza da procedência do pedido e *periculum in mora*;
- B) *fumus boni iuris* e reversibilidade dos efeitos do provimento;
- C) *fumus boni iuris* e prova inequívoca da verossimilhança do direito;
- D) prova inequívoca da verossimilhança do direito e reversibilidade dos efeitos do provimento;
- E) *periculum in mora* e certeza da procedência do pedido.

48. No caso de sociedade de economia mista propor ação demarcatória em face de quatro colindantes diferentes cujas propriedades apresentam igualmente dimensões diferentes, ter-se-á um litisconsórcio:

- A) necessário, mas não unitário;
- B) facultativo;
- C) facultativo e unitário;
- D) necessário e unitário;
- E) unitário.

49. Terras devolutas e estradas de ferro:

- A) tanto estas quanto aquelas são bens públicos dominicais;
- B) tanto estas quanto aquelas são bens públicos de uso comum do povo;
- C) tanto estas quanto aquelas são bens públicos de uso especial;
- D) aquelas são bens públicos dominicais; estas, bens públicos de uso especial;
- E) estas são bens públicos dominicais; aquelas, bens públicos de uso comum do povo.

50. Gorjeta e diária para viagem que NÃO exceda 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado:

- A) ambas não integram o salário;
- B) esta não integra o salário; aquela, sim;
- C) aquela não integra o salário; esta, sim;
- D) ambas integram o salário;
- E) esta integra parcialmente o salário; aquela, facultativamente.

51. Numa reclamação trabalhista, o reclamante pede que, em sendo condenada sociedade de economia mista, o juiz decrete sua falência, uma vez que a reclamada não possui patrimônio suficiente para o pagamento dos créditos requeridos. Neste caso, pode-se afirmar que:

- A) há um equívoco procedimental;
- B) falta uma das condições da ação - a da possibilidade jurídica do pedido;
- C) há um erro processual;
- D) falta uma das condições da ação - a do interesse de agir;
- E) falta uma das condições da ação - a da legitimidade.

52. Na hipótese de se sentir laboralmente lesada, pessoa que, a pedido de empregado de sociedade de economia mista estadual, realiza - na casa do referido empregado, sob sua orientação e por ele sendo remunerada - atividades, em caráter não eventual, que estão, em grande parte, compreendidas entre as atribuições profissionais do precitado empregado:

- A) poderá propor reclamação trabalhista em face da sociedade de economia mista, uma vez que, pelo menos indiretamente, prestava serviços para ela;
- B) não poderá propor reclamação trabalhista em face de ninguém, uma vez que suas atividades já estavam compreendidas entre as desenvolvidas pelo referido empregado;
- C) poderá propor reclamação trabalhista em face do empregado da sociedade de economia mista estadual, uma vez que é com este que mantém o seu vínculo empregatício;
- D) não poderá propor reclamação trabalhista em face de ninguém, uma vez que sua relação de trabalho é totalmente anômala;
- E) poderá propor reclamação trabalhista em face do empregado ou da sociedade de economia mista estadual, uma vez que, trabalhando para o empregado, estava, na verdade, trabalhando também para aquela entidade.

53. A Lei de Responsabilidade Fiscal:

- A) não se aplica às sociedades de economia mista, que denomina de empresas independentes;
- B) se aplica, observadas suas peculiaridades, às sociedades de economia mista, que denomina de empresas controladas;
- C) aplica-se parcialmente às sociedades de economia mista, que denomina de empresas *sui generis*;
- D) aplica-se facultativamente às sociedades de economia mista;
- E) não se aplica às sociedades de economia mista, dado que estas desenvolvem atividades econômicas.

54. Alíquotas dos impostos sobre importação; alíquotas dos impostos sobre produtos industrializados:

- A) aquelas podem ser alteradas por decreto, atendidas as exigências legais; estas, não, em virtude do princípio da reserva legal ou da legalidade estrita;
- B) tanto estas quanto aquelas não podem ser alteradas, em virtude do princípio da reserva de lei ou da legalidade estrita;
- C) estas podem ser alteradas por decreto, atendidas as exigências legais; aquelas, não, em virtude do princípio da reserva de lei ou da legalidade estrita;
- D) tanto estas quanto aquelas podem ser alteradas por decreto, atendidas as exigências legais;
- E) estas podem ser parcialmente alteradas por decreto, atendidas as exigências legais; aquelas podem ser facultativamente alteradas por decreto, em afronta ao princípio da reserva legal ou da legalidade estrita.

55. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, o fato gerador da obrigação tributária:

- A) acha-se parcialmente condicionado à exigência de prévia autorização orçamentária e subsidiariamente ligado à anterioridade da lei instituidora ou majoradora do tributo relativamente ao exercício financeiro em que haverá de ser cobrado;
- B) acha-se condicionado à exigência de prévia autorização orçamentária, mas não está à anterioridade da lei instituidora ou majoradora do tributo relativamente ao exercício financeiro em que haverá de ser cobrado;
- C) acha-se condicionado tanto à exigência de prévia autorização orçamentária como à anterioridade da lei instituidora ou majoradora do tributo relativamente ao exercício financeiro em que haverá de ser cobrado;
- D) não se acha mais condicionado nem à exigência de prévia autorização orçamentária nem à anterioridade da lei instituidora ou majoradora do tributo relativamente ao exercício financeiro em que haverá de ser cobrado;
- E) não se acha mais condicionado à exigência de prévia autorização orçamentária, mas está ligado à anterioridade da lei instituidora ou majoradora do tributo relativamente ao exercício financeiro em que haverá de ser cobrado.

56. A responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos casos de crimes ambientais:

- A) não se encontra taxativamente prevista na Constituição da República, não é objetiva e afasta a responsabilidade criminal das suas pessoas jurídicas;
- B) encontra-se prevista constitucionalmente, é objetiva e não afasta a responsabilidade criminal das suas pessoas físicas;
- C) não se encontra expressamente prevista na Constituição da República, é objetiva e afasta a responsabilidade criminal das suas pessoas jurídicas;
- D) encontra-se prevista constitucionalmente, não é objetiva e não afasta a responsabilidade criminal das suas pessoas físicas;
- E) encontra-se prevista constitucionalmente, não é objetiva e afasta a responsabilidade criminal das suas pessoas físicas.

57. O Plano Diretor do Município:

- A) não prescinde de aprovação da Assembléia Legislativa;
- B) pode prescindir, parcialmente, de aprovação da Câmara de Vereadores;
- C) prescinde de aprovação da Câmara de Vereadores;
- D) não prescinde de aprovação da Câmara de Vereadores;
- E) não prescinde de aprovação do Ministério das Cidades.

58. Das afirmativas abaixo, está correta:

- A) o trabalhador portuário é segurado obrigatório do INSS, na categoria de empregado;
- B) como segurado facultativo, não se faz necessária a expedição de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT em caso de acidente sofrido por trabalhador portuário;
- C) cabe unicamente ao empregador o recolhimento das contribuições previdenciárias do trabalhador portuário;
- D) como segurado obrigatório, a contribuição previdenciária do trabalhador portuário é de sua total responsabilidade;
- E) o trabalhador é segurado obrigatório do INSS, na categoria de trabalhador avulso.

59. A Constituição da República:

- A) deixa para a legislação ordinária a admissão, ou não, de forma de contagem de tempo de contribuição fictício;
- B) admite a forma de contagem de tempo de contribuição fictício;
- C) proíbe qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício;
- D) deixa para lei complementar a admissão, ou não, de forma de contagem de tempo de contribuição fictício;
- E) admite, parcialmente, forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

60. O delito de advocacia administrativa:

- A) não pode ser praticado por funcionário público que não exerça, pelo menos, algum cargo de confiança;
- B) só pode ser praticado por funcionário público advogado;
- C) só pode ser praticado por funcionário público bacharel em Direito;
- D) só pode ser praticado por funcionário público que esteja, pelo menos, inscrito em curso de graduação em direito;
- E) só pode ser praticado por funcionário público.

DISCURSIVA

Elabore, em texto de até 30 (trinta) linhas, parecer acerca da situação abaixo descrita:

Embora não houvesse qualquer indício minimamente esclarecedor da autoria nem da materialidade de suposto ilícito administrativo - que tinha, igualmente, natureza penal - dirigente de autarquia estadual decidiu, sem que tivesse havido qualquer sindicância, instaurar processo administrativo disciplinar e constituir comissão processante para a apuração do fato e responsabilização de infrator(es).

No seu relatório, a comissão processante afirmou que resolvera indiciar o servidor X ao argumento de que ele *“talvez tivesse mesmo praticado a mencionada conduta administrativa e penalmente ilícita”*.

Sustentou ainda a comissão processante que resolvera dispensar, por tê-las como *“desnecessárias”*, ao longo do processo, a oitiva das testemunhas arroladas pelo denunciado e a sua defesa por escrito, já como indiciado, porque, segundo igualmente o colegiado, tais providências prejudicariam a *“celeridade processual”*.

Veio a suceder que, no curso do processo, ocorreu a prescrição penal da conduta que o referido servidor teria praticado.

Ademais de chamar para si a competência da aplicação de penalidade administrativa, a comissão processante entendeu necessária, embora a gravidade do fato recomendasse penalidade menos severa, a imposição da sanção administrativa de exoneração àquele servidor, para que tal punição servisse de *“exemplo”* aos demais servidores, e ademais porquanto *“parecia mesmo que ele tivesse praticado a conduta que lhe era imputada”*

O candidato deverá abordar os seguintes itens:

1. a não instauração de sindicância;
2. a indicição do servidor X;
3. a dispensa da defesa por escrito do indiciado e a oitiva das testemunhas por ele arroladas;
4. a repercussão da prescrição penal sobre o âmbito administrativo, já que o ilícito em comento era, a um só tempo, penal e administrativo;
5. a competência da comissão processante para aplicar sanção administrativa;
6. A penalidade administrativa aplicada.

RASCUNHO